



Os namorados Kerssaint Adme e Marcelene Octavius enfrentaram meses de obstáculos até poderem oficializar a união

CIDADANIA | BUROCRACIA CONTORNADA

Haitianos sem documentos obtêm licença para casar

APESAR DE NÃO contarem com os papéis que são exigidos pela legislação brasileira, refugiados conseguiram uma autorização da Justiça de Lajeado

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Sobreviventes do terremoto no Haiti em 2010, os imigrantes Kerssaint Adme, 28 anos, e Marcelene Octavius, 27 anos, enfrentavam um obstáculo para começar uma nova vida em solo gaúcho: a falta de documentos impedia que casassem e iniciassem uma nova família.

Após meses de tentativas frustradas, os namorados conseguiram uma autorização da Justiça para formalizar a união mesmo sem toda a papelada exigida em situações normais. Graças à decisão do juiz da comarca de Lajeado Luís Antônio de Abreu Johnson, o casamento civil deverá ser realizado na quarta-feira.

Religiosos e fiéis a tradições, Adme e Marcelene se viam impossibilitados de viver juntos ou ter filhos sem o respaldo legal. O problema é que eles não têm documentos brasileiros de identificação ou certidão de nascimento, conforme previsto na Consolida-

ção Normativa Notarial e Registral brasileira como exigência para habilitação ao casamento civil. Sem falar português fluentemente, a dupla contava com o apoio de um representante da comunidade haitiana para encontrar um meio de superar essa barreira. Durante meses, não conseguiram superar a burocracia – até o caso chegar à mesa de Johnson.

– São refugiados humanitários, de grande vulnerabilidade social, que vieram para o Brasil só de bermuda e chinelo de dedos. São pessoas muito religiosas, trabalhadoras, que não conseguiam formar uma família pela falta de documentação. Por isso, com base nos princípios de dignidade humana, da igualdade e da afetividade que rege as relações de Direito de Família, resolvi permitir o casamento – explica o magistrado.

CERTIDÃO DEVE FACILITAR O ACESSO A BENEFÍCIOS

Adme veio para o Brasil em 2013, e Marcelene, no ano seguinte. O casal, que mora e trabalha

em Lajeado, tinha apenas papéis da embaixada do seu país atestando que eram cidadãos haitianos. Johnson diz considerar sua decisão, formalizada na sexta-feira diante dos imigrantes, uma maneira de promover a cidadania:

– Tive grande satisfação pessoal em permitir esse casamento porque, como juiz, trabalho muito com direitos humanos. Se fosse uma decisão fria, burocrática, talvez negasse o pedido. Mas eu estaria condenando esse casal a viver como pessoas de segunda classe, sem poder exercer direitos fundamentais.

Os imigrantes pretendem, ainda, casar no religioso em data a ser marcada. A certidão de casamento, uma vez expedida, também deverá facilitar o acesso dos haitianos a benefícios como programas sociais do governo, crédito, entre outras vantagens. Além de Adme e Marcelene, já há pelo menos outros cinco casais de imigrantes em situação semelhante ingressando com pedidos na Justiça para conseguirem registrar suas uniões.

TRANSPORTE | NA MIRA DO APLICATIVO

Uber procura três profissionais no RS

Motivo de controvérsia em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, onde já está presente, o Uber ampliou a busca por profissionais em Porto Alegre.

O serviço, que utiliza um aplicativo para conectar passageiros e motoristas em um sistema de caronas remuneradas, é alvo de críticas de taxistas e visto com reservas por prefeituras. Em Porto Alegre, a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) sustenta que qualquer atividade dessa natureza precisaria de licença municipal para funcionar.

Por meio de seu site, o Uber já havia anunciado a busca por um gerente-geral em Porto Alegre. Agora, outros dois profissionais são buscados na cidade: gerente de marketing e gerente de operações e logística. As atribuições do gerente de marketing seriam “construir uma base de usuários do zero” e garantir a satisfação dos clientes com o serviço.

As atribuições do gerente de operações e logística incluem gerenciar a frota de veículos, planejar recrutamentos de motoristas e uma eventual expansão do serviço de caronas. Para esse trabalho, o Uber pede experiência de dois a quatro anos em áreas como consultoria, marketing ou gerência de operações, além de capacidade de tomar decisões com base em análises de dados, entre outros atributos.

Procurada por Zero Hora, a assessoria de imprensa da empresa informou que a abertura das vagas não representa um plano de expansão iminente

para a Capital. Segundo o comunicado, como é difícil encontrar profissionais que atendam aos padrões da empresa, seria comum abrir a busca por funcionários mesmo sem perspectiva imediata de instalação em uma cidade.

Mas a discrição também pode ter relação com a tentativa de minimizar as polêmicas envolvendo o aplicativo no Brasil. Em várias cidades, como Rio e São Paulo, os taxistas protestam contra a nova concorrente, e projetos de lei são apresentados para tentar tornar esse tipo de carona paga ilegal.

Em setembro, por exemplo, Canoas aprovou uma proposta que proíbe o uso de “carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual de pessoas”. Segundo o autor da proposta, o vereador Betinho do Cartório (PTB), a intenção seria evitar a implantação de um negócio que não reverteria em pagamento de tributos ao município.

Atualmente, o aplicativo está presente em quatro cidades brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Em manifestação recente sobre a possibilidade de o serviço ser implantado em Porto Alegre, o presidente da EPTC, Vanderlei Cappellari, sustentou que a lei 11.582, de fevereiro de 2014, classificaria o serviço prestado pelo Uber como “clandestino”. Isso porque ele precisaria de autorização do poder público, como as permissões de táxi, para operar. O descumprimento gera multa de R\$ 5,5 mil e apreensão do veículo.



Na semana passada, taxistas protestaram contra o serviço em São Paulo